

Mapeamento Bibliográfico para Pesquisa em Advocacia Popular

Mapeo Bibliográfico para la Investigación en Abogacia popular

Bibliographic Mapping for Research in Peoples's Lawyering

Luiz Otávio Ribas¹

¹ Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: professorluizribas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3637-535X>.

Flávia Carlet²

² York University, Toronto, Canadá e Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal. E-mail: flaviacarlet27@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7308-364X>.

Freddy Ordóñez Gómez³

³ Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, Cundinamarca, Colômbia. E-mail: freddy@ilsa.org.co. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4326-6157>.

Como citar este trabalho

RIBAS, Luiz Otávio; CARLET, Flávia; GÓMEZ, Freddy Ordóñez. Mapeamento Bibliográfico para pesquisa em advocacia popular. *InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 11, n. 2, p. 591-605, jul./dez. 2025.

inSURgênciA EL OTRO DERECHO

InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais

v. 11 | n. 2 | jul./dez. 2025 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS | ISSN 2447-6684

Dossiê realizado em colaboração com a revista *El Otro Derecho* do Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un derecho Alternativos



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.

Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

Mapeamento Bibliográfico para Pesquisa em Advocacia Popular

ABEL, Richard L. (1982) The Underdevelopment of Legal Professions: A Review Article on Third World Lawyers, *American Bar Foundation Research Journal*, 7 (3), p. 871-893.

ABEL, Richard L. (1985) Law without politics: legal aid under advanced capitalism, *UCLA Law Review*, n. 32, 474-642.

ABEL, Richard L. (1985) Lawyers and the Power to Change, *Law & Policy*, 7(1), 5-18.

ABEL, Richard L. (1998) Speaking Law to Power: Occasions for Cause Lawyering in Austin Sarat e, Stuart Scheingold (eds.). *Cause Lawyering: Political Commitments and Professional Responsibilities*. Oxford: Oxford University Press, p.69-117

ABEL, Richard L. (1995) Revisioning Lawyers in Richard L. Abel e Philip S. C. Lewis (eds..) *Lawyers in Society: an overview*. Berkeley: University of California Press. Disponível em: <http://ark.cdlib.org/ark:/13030/ft8g5008f6/>.

ALBUQUERQUE, Amanda Santiago de (s/data). Advocacia popular: acesso ao direito e à justiça. Website JusBrasil. Disponível em:
<https://amandalbuquerque.jusbrasil.com.br/artigos/232919976/advocacia-popular>

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Assessoria jurídica popular: necessidades, limites e perspectivas”. Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade. Porto Alegre: Armazém Digital, 09-32.

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Do pobre direito dos pobres à assessoria jurídica popular”. Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade. Porto Alegre: Armazém Digital.

ALFONSIN, Jacques Távora (2013) “Sujeitos, tempo e lugar da prática jurídico-popular emancipatória que tem origem no ensino do direito”. Das legalidades injustas às (i)legalidades justas: estudos sobre direitos humanos, sua defesa pela assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade. Porto Alegre: Armazém Digital.

ALMEIDA, Ana Lia et al (2016) Entrevista com Sônia Costa - Dificuldades, limitações e desafios da assessoria jurídica popular. InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2 (2), 8-13.

ALMEIDA, Ana Lia (2017) Assessoria Jurídica Popular: um conceito, um movimento in Amélia Rocha et al (eds.), Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda, vol.2, 111-155.

ALMEIDA, Ana Lia; GÓES JUNIOR, José Humberto de; SANDRI, Anna Carolina Lucca; SILVA, Valéria Fiori da (orgs.) (2016) Dossiê: Assessoria Jurídica Popular, InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2 (2).

ALMEIDA, Frederico de (2016) Advogados e Política: notas a partir da observação de um encontro de advogados populares no início dos anos 2000, Revista de Estudos Empíricos em Direito, 3 (2), 135-148.

ALMEIDA, Frederico de; NORONHA, Rodolfo (2016) Advogando nas ruas: advocacia em protestos urbanos em São Paulo e no Rio de Janeiro (2013-2015), Caderno Eletrônico de Ciências Sociais, 4 (2), 5-28.

ALMEIDA, Frederico de (2011). A advocacia pro bono e o acesso à justiça no Brasil? Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/advocacia-pro-bono-e-acesso-justica-brasil-artigo-frederico-almeida>.

ALMEIDA TELES, Janaína de (2013) Em defesa da liberdade e da justiça: os advogados de perseguidos políticos de São Paulo nos anos 1970. Revista Brasileira de Ciências Criminais, v. 102, 287-299.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando; BÁRCENA ARÈVALO, Erika (eds.) (2022) Otro Derecho es Posible. Diálogo de saberes y nuevos estudios militantes del derecho en América Latina. Morelia: Universidad Nacional Autónoma de México.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2024). La imaginación jurídica subalterna, el derecho austral y la abogacía militante. Nuevos instrumentos analíticos para prácticas jurídicas insurgentes y descolonizantes, El Otro Derecho, (61), 39-63.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2018) Otro derecho es posible. Una biografía (intelectual y militante) del Colectivo Emancipaciones, Oñati Socio-legal Series, 8(5), 37-69.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2018) "Traducción intercultural y ecología de saberes jurídicos en la experiencia de Cherán, México. Elementos para una nueva práctica crítica y militante del derecho", in Meneses, María Paula; Bidaseca, Karina (eds..), Epistemologías del Sur. Buenos Aires: Clacso. Coimbra: CES, 367-384.

ARAGÓN ANDRADE, Orlando (2013) El derecho en insurrección. El uso contrahegemónico del derecho en el Movimiento Purépecha de Cherán, *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 7 (2), 37-69.

ARIZA SANTAMARÍA, Rosembert; FORERO MEDINA, Henry; FONSECA SANDOVAL, José D. (2024) Abogacía entendida y abogacía vivida: usos sociales de las prácticas subalternas de reappropriación popular de lo jurídico, *El Otro Derecho*, 61, 63-86.

ASSIS, Mariana Prandini (2021) Strategic Litigation in Brazil: Exploring the Translocalisation of a Legal Practice, *Transnational Legal Theory* , 12, 360-389.

AZAMBUJA, Marcelo Andrade de (2014) "Semeando a Justiça: a relação entre a Advocacia Popular e os Movimentos Sociais Populares na busca do Acesso à Justiça". Monografia de Graduação em Direito. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BAGGIO, Roberta. C.; MOLLE, A. A.; FRAGA, A.; KOERIC, B.; BOLL, H. C.; SILVESTRI, L.; BAUER, L. C.; AZAMBUJA, M.; VIVIAN, M. M.; MARTINS, P. N.; SILVA, V. A. (2018). Assessorias jurídicas universitárias populares e estágio interdisciplinar de vivência: integrando universidade e sociedade por meio de práticas extensionistas. Porto Alegre: UFRGS.

BÁRCENA ARÉVALO, Erika; GONZÁLEZ HERNÁNDEZ, Alejandra; IBARRA ROJAS; Lucero (2022) "Género y diálogo de saberes entre abogadas militantes y actores en la lucha de las comunidades indígenas: la experiencia desde el Colectivo Emancipaciones" in Orlando Aragón Andrade; Erika Bárcena Arévalo (eds.) *Otro Derecho es Posible. Diálogo de saberes y nuevos estudios militantes del derecho en América Latina*. Morelia: Universidad Nacional Autónoma de México, 149-170.

BETTONI, Isabella de Araújo (2021) "Advocacia insurgente e o combate à violência de gênero: Uma experiência na Assessoria Jurídica Popular da Casa de Referência da Mulher Tina Martins". Mestrado em Direito. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

BURGOS, Gérman (1994) Globalización, derecho y luchas sociales, *Pensamiento Jurídico*, 1, 63-69.

BURGOS, Gérman (1996) Los servicios legales populares y los extravíos de la pregunta por lo político, *El Otro Derecho*, 7 (3), 09-25.

CAMPILONGO, Celso F. (1991) "Assistência Jurídica e realidade social: apontamentos para uma tipologia dos serviços legais" in Instituto de Apoio Jurídico Popular (ed.) *Discutindo Assessoria Jurídica Popular*, 08-24.

CAMPILONGO, Celso Fernando (2000) Assistência jurídica e advocacia popular: serviços legais em São Bernardo do Campo, in O Direito na sociedade complexa. São Paulo: Max Limonad.

CARDOSO, Evorah (2019) Pretérito imperfeito da advocacia pela transformação social, *Direito & Práxis*, 10 (1), 543-570.

CARDOSO, Evorah; FANTI, Fabíola; MIOLA, Iagê (2013). Advocacia de interesse público no Brasil: a atuação das entidades de defesa de direitos da sociedade civil e sua interação com os órgãos de litígio do Estado. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário.

CARLET, Flávia (2019) "Advocacias 'com' e 'para' comunidades negras rurais. Diálogo de saberes e direito ao território no Brasil e no Equador". Tese de Doutorado em Sociologia do Direito. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CARLET, Flávia (2015) Advocacia Popular: práticas jurídicas contra-hegemônicas no acesso ao direito e à justiça no Brasil, *Revista Direito & Práxis*, 6 (10), 377-411.

CARLET, Flávia (2013) "Novos prismas para a análise da advocacia popular no Brasil no contexto da luta pelos direitos humanos" in Ovidia Rojas Castro; Francisco Javier Ibarra Serrano; María Elena Solorio (eds.) *Educación y Profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho*. México: Universidad de San Nicolás de Hidalgo, 117-136.

CARLET, Flávia. Advocacia popular. InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 8, n. 2, 425-432, jul./dez. 2022.

CARLET, Flávia (2024) Comunidade negra, advocacia ambiental e lutas jurídicas no Equador: o diálogo de saberes entre construções e rupturas. *El Otro Derecho*, (61), 89-108.

CARNEIRO, Maria do Rosário de Oliveira (2020) A assessoria jurídica popular no marco do pensamento decolonial: direitos e saberes construídos nas resistências populares. Belo Horizonte: Dialética.

CERIC, Irina (2020) "Lawyering from Below: Activist Legal Support in Contemporary Canada and the US". Tese de Doutorado em Direito e Filosofia. Toronto: York University.

CHAMA, Maurício. (s/d) Movilización y politización: los abogados de Buenos aires (1968-1973). Disponível em:
<http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/Chama.pdf>

COMISSÃO DA VERDADE. Relatório Comissão da Verdade: a atuação dos advogados na defesa dos presos políticos. Disponível em:
http://www.oab.org.br/historiaoab/links_internos/estexcec_oficioprisesadv.htm

CORREAS, Oscar (1994) La teoría general del derecho y el derecho alternativo. *El Otro Derecho*, 15, 61-74.

CUNHA, Luis Emmanuel Barbosa da (ed.) (2010) "Advocacia popular: a busca pelo respeito a direitos e os desafios legislativos". Recife: GAJOP.

DE LA TORRE, Jesús António (1991) El uso alternativo del derecho por Bartolomé de las Casas. Aguascalientes: Universidad Autónoma de Aguascalientes.

DE LA TORRE, Jesús António (2006) El derecho como arma de liberación en América Latina. Sociología jurídica y uso alternativo del derecho. San Luis Potosí: Universidad Autónoma San Luis Potosí, Facultad de Derecho; Centro de Estudios Jurídicos y Sociales P. Enrique Gutiérrez; Comisión Estatal de Derechos Humanos.

ENGELMANN, Fabiano (2006) Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas, *Lua Nova*, 69, 123-146.

FALCÃO, Joaquim (1986) "A manera de introducción democratización y servicios legales en America Latina" in R. Bergalli, O. Correas, J. Falcão, B. Jessop, N. Lechner, G. Pierre-Charles, J. C. Portantiero, B. de S. Santos, F. de Trazegnies. Los abogados y la democracia en América Latina. Quito: ILSA , 1986.

FREITAS, Janaina Helena de (2019) "O acesso à justiça e a dignidade da pessoa humana: breves apontamentos sobre a atuação das assessorias jurídicas populares na emancipação do indivíduo", REDES-Revista Eletrônica Direito e Sociedade, 7 (1), 95-113.

FRIGO, Darsi; PRIOSTE, Fernando; ESCRIVÃO FILHO, Antônio Sérgio (Org.). Justiça e direitos humanos: experiências de assessoria jurídica popular. Curitiba: Terra de Direitos, 2010.

GALINDO DELGADO, Gonzalo (2019) Derecho y emancipación social. Reflexiones para una praxis jurídica crítica. Medellín: Universidad de Antioquia, Facultad de Derecho y Ciencias Políticas.

GALINDO DELGADO, Gonzalo (2020). "Bases reflexivas para una abogacía crítica y emancipatoria en la Colombia de la transición" in G. I. Gómez; & S. M. Gómez (eds.), Derecho y cambio social. Debates y reflexiones sobre las posibilidades transformadoras del derecho. Medellín: Universidad de Antioquia, 2020, 31-65.

GALVÃO, Cássio Von Marcio Ferreira; KZAM, Samuel Duarte (2013) "Advocacia popular aliada aos movimentos sociais: a busca do direito como um agente revolucionário. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/advocacia-popular-aliada-aos-movimentos-sociais/108756>.

GEDIEL, José A. P.; GORSDORF, Leandro; ESCRIVÃO FILHO, Antonio; BELARMINO, Hugo; LIMA, Marcos O.; ARAÚJO, Eduardo F.; CAMPAGNARO, Yuri; GUIMARÃES, Andréa; MEDEIROS, João T.N.; MASO, Tchenna; PESSOA, Kamila B. A.; BENÍCIO, Igor; LOPES, Virnélia; BARRETO, André (2012) Mapa territorial, temático e instrumental da assessoria jurídica e advocacia popular no Brasil. Brasília: OJB; Dignitatis; Terra de Direitos.

GONZALEZ; Manuela Graciela; MARANO, María Gabriela (2014) La formación de abogadas y abogados: nuevas configuraciones. La Plata: Imás.

GORSDORF, Leandro F.; HOSHINO, Thiago A. P. (2014) "Chaveiros da porta da lei: a advocacia popular como práxis de acesso à justiça para a atualização constitucional" in Clémerson Merlin Cléve (ed.), Direito Constitucional Brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 883-900.

GORSDORF, Leandro F. (2004) "Advocacia popular na construção de um novo senso comum jurídico". Dissertação de mestrado em Direito. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

GUERRERO ANDRADE, Irán; VAZQUEZ VALENCIA, Luiz Daniel (2019) Abogacía activista en América Latina: entre la emancipación y la dominación, Revista de investigación en Derecho, Criminología y Consultoría Jurídica. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 89-15.

GUERRERO ANDRADE, Irán (2015) "La desigualdad del derecho desde lo sagrado y lo profano" in Ovídya Rojas Castro; Lucero Ibarra Rojas (eds.) Estado, Derecho y Desigualdad. Morelia: Universidad Michoacana de Hidalgo, 155-173.

GUERRERO ANDRADE, Irán (s/data) "La construcción contrahegemónica de los derechos humanos desde las prácticas de los abogados activistas que defendien procesos legales en México". Disponível em:
http://clepso.flacso.edu.mx/sites/default/files/memorias_2016/eje_3/clepso_2016_eje3_guerrero_y_andrade.pdf.

HAGINO, Cora H.; QUINTANS, Mariana Trotta D. (2015) O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social, Revista Direito & Práxis, 06 (10), 598-644.

HOUTZAGER, Peter P. (2007) "El Movimiento de los Sin Tierra, el campo jurídico y el cambio legal en Brasil" in Boaventura de Sousa Santos; Cesár A. Rodríguez Garavito (eds.), El derecho y la globalización desde abajo: hacia una legalidad cosmopolita. México: UAM-Cuajimalpa, 197-214.

ISAIAS, Taís Lopes Santana (2023) "As armas do senhor destroem a casa grande? Diálogos entre assessoria jurídica popular no Brasil e advocacia de interesse público na África do Sul". Tese de doutorado em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais.

JACQUES, Manuel (1988) Una concepción metodológica del uso alternativo del derecho, *El Otro Derecho*, (1), 19-42.

JUNQUEIRA, Eliane B. (1996) Naranjas y Manzanas: dos modelos de servicios legales alternativos, *El Otro Derecho*, 7 (3), 27-57.

JUNQUEIRA, E. B. (1988). Os Advogados Populares: em busca de uma identidade. Rio de Janeiro: Departamento de Direito PUC-RJ.

JUNQUEIRA, Eliane B. (2002) Los abogados populares: en busca de una identidad, *El Otro Derecho*, (26), 193-227.

KOPITTKE, Alberto L. (2007) "Teoria e prática dialética no direito brasileiro: a Nova Escola Jurídica Brasileira (NAIR) e a Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)". Monografia de Graduação em Direito. Brasília: Centro Universitário do Distrito Federal.

ILSA (2024) Abogacía popular, servicios legales alternativos y empoderamiento jurídico, *El Otro Derecho*, 61. Disponível em: <https://ilsa.org.co/wp-content/uploads/2025/06/El-Otro-Derecho-61-Final-v2.pdf>

LIMA, Thiago Arruda Queiroz (2008) "A assessoria jurídica popular como aprofundamento (e opção) do conteúdo político do serviço jurídico". Trabalho apresentado no XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, Ceará.

LIMA FILHO, Marcos; FEITOSA, Enoque (2011) "Uma noção acerca da advocacia popular a partir de uma pesquisa empírica em João Pessoa". Anais do XX Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis.

LISTA, Carlos; BEGALA, Silvana (2012) "Abogados, compromiso social y uso del derecho", comunicação apresentada no XIII Congreso Nacional y III Latinoamericano de Sociología Jurídica, Universidad Nacional de Río Negro. Río Negro, 08 a 10 de novembro.

LUZ, Vladimir de Carvalho (2008). Assessoria jurídica popular no Brasil. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MAIA, Christianny Diógenes (2010) Assessoria jurídica popular e acesso à justiça, *Revista Opinião Jurídica*, 08 (12), 9-27.

MAIA, Christianny Diógenes; LOPES, Ana Maria D'ávila (2009) Assessoria jurídica popular: experiência cearense, *NEJ*, 14 (2), 196-216.

MAIA, Christianny Diógenes; LOPES, Ana Maria D'ávila (2010) "A assessoria jurídica popular na construção de uma nova cultura jurídica antipositivista e antimachista: superando a discriminação de gênero no direito". Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza, 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010.

MAIA, Christianny Diógenes (2006) "Assessoria Jurídica Popular – Teoria e Prática emancipatória". Dissertação de mestrado em Direito". Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

MANZO, Mariana A. (2013) "Abogados y abogadas alternativos en el área de la diversidad sexual" in Ovidia Rojas Castro; Francisco Javier Ibarra Serrano e María Elena Solorio (eds.) *Educación y Profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho*. México: Universidad de San Nicolás de Hidalgo, 137-168.

MANZO, Mariana A. (2016) *Identidades profesionales: El lugar que ocupa el derecho y la política en el ejercicio*, Revista Direito & Práxis, 07 (5), 175-212.

MANZO, Mariana Anahí (2011) *Uso estratégico del derecho: reconocimiento del matrimonio de parejas de mismo sexo en Argentina*, Oñati Socio-legal series, 1 (1), 1-35.

MARÉS, Carlos Frederico; ROMÁN, Iara Sánchez; KANNO, Paula Harumi (2024). *La abogacía popular y el siglo XXI*, *El Otro Derecho*, (61), 15-38.

MARTINS, Priscylla Monteiro Joca (2016) *O direito através do Espelho: contribuições da assessoria jurídica popular às lutas de movimentos populares em torno do direito à terra e ao território*, InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, 2 (2), 51-79.

MEILI, Stephen (1998) "Cause Lawyers and Social Movements: a comparative perspective on democratic change in Argentina and Brazil" in Austin Sarat; Stuart A. Scheingold (eds.) *Cause Lawyering: political commitments and professional responsibility*. New York: Oxford University Press, 487-522.

MEILI, Stephen (2001) "Latin American Cause-Lawyering Networks" in Austin Sarat e Stuart A. Scheingold *Cause Lawyering and the State in a Global Era*. New York: Oxford University Press, 307-333.

MELEAY, Fiona (2008) *The legal profession's beautiful myth: surveying the justifications for the lawyer's obligation to perform pro bono work*, *International Journal of the profession*, 15 (3), 249-271.

MENDES, André Luis C. (2011) "Advocacia popular, utopia e ação política". Dissertação de mestrado em Direito. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

MURCIA RIAÑO, Diana (2011) *Organizaciones de derechos humanos y ecologistas en Ecuador y Colombia: entre la hiperjuridización, el marginamiento y la ruptura con el repertorio jurídico*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Quito: FLACSO.

ORDÓÑEZ, Freddy (2024) Servicios jurídicos alternativos y abogacía popular en América Latina: la práctica legal crítica y el constitucionalismo en la región. Caso Colombia, *El Otro Derecho*, 61, 141-156.

PAZELLO, Ricardo Prestes (2016) A práxis da assessoria jurídica popular como vetor para o estudo da relação entre Direito e movimentos populares: ensaio sobre o Direito insurgente, *Caderno eletrônico de Ciências Sociais*, 4 (2), 94-117.

PETRARCA, Fernanda R. (2016) Carreira profissional e ativismo social: as lógicas do engajamento na defesa de causas, *Estudos Sociológicos*, 21 (40), 99-116.

PETRARCA, Fernanda R. (2014) A luta pelos direitos humanos: profissionalização de causas e politização do direito, *Caderno CRH*, 27 (70), 181-199.

PETRARCA, Fernanda R. (2013) Ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial, *Revista de Antropologia da USP*, 56 (1), 111-145.

PIVATO, Luciana Furquim; RIBEIRO, Daisy Carolina Tavares (eds) (2023). Programa Terra de Direitos de formação em assessoria jurídica popular para advogados e advogados de movimentos sociais. Curitiba: Terra de Direitos. Disponível em: <https://www.terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/Publicacao-programa-de-formacao.pdf>

PIVATO, Luciana (2010) “O Acampamento Elias de Moura e uma experiência de assessoria jurídica popular na defesa dos direitos humanos dos trabalhadores rurais sem terra” in Darcy Frigo; Fernando Prioste; Antônio Sergio Escrivão Filho (eds.) *Justiça e Direitos Humanos: experiências de assessoria jurídica popular*. Curitiba: Terra de Direitos, 223-250.

PRESSBURGER, Miguel (1996) “Advocacia dos movimentos populares”. *Anais da XVI Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil*. Fortaleza: OAB/Ceará, 283-290.

QUINTANS, Mariana Trotta D. (2013) “Judiciário, advogados populares e movimentos sociais rurais no sudeste paraense. *Anais do II Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Goiás: IPDMS, 1378-1397.

QUINTANS, Mariana Trotta D. (2016) “O diálogo de saberes e o reconhecimento constitucional dos direitos das comunidades quilombolas”, comunicação apresentada na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, de 03 a 06 de agosto, João Pessoa/Paraíba.

RIBAS, Luiz Otávio (2009) “Direito insurgente e pluralismo jurídico: assessoria jurídica de movimentos populares em Porto Alegre e no Rio de Janeiro (1960-2000)”. Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBAS, Luiz Otávio (2016) Contexto sociopolítico brasileiro da advocacia e das práticas de insurgência, *Caderno eletrônico de Ciências Sociais*, 4 (2), 29-50.

RIBAS, Luiz Otávio (2015) "Direito insurgente na assessoria jurídica de movimentos populares no Brasil (1960-2010)". Tese de Doutorado em Direito. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

RIBAS, Luiz Otávio; Neurauter, Maíra (2014) "Advocacia de Rua nas manifestações de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro" in Celso Luiz Ludwig; Ricardo Prestes Pazello; Fabiana Cristina Severi (eds.) *Anais do IV Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais*. Curitiba: IPDMS, 1104-1120.

RIBAS, Luiz Otávio (2024) Memorias de la abogacía en las manifestaciones de junio de 2013 en Río de Janeiro, *El Otro Derecho*, (61), 109-124.

ROCHA, Amélia; CARNEIRO, Ana; JOCA, Priscylla; MEDEIROS, Rodrigo; ZAFFALON, Luciana; FURTADO, Talita (eds.) (2013) *Defensoria Pública, Assessoria Jurídica Popular e Movimentos Sociais e Populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Fortaleza: Dedo de Moças Editora e Comunicação Ltda.

ROJAS HURTADO, Fernando (1988) Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina (1988), *El Otro Derecho*, (1), 07-17.

ROJAS HURTADO, Fernando (1989) Comparación entre las tendencias de los servicios legales en Norteamérica, Europa y América Latina. Segunda Parte, *El Otro Derecho*, (5), 05-57.

ROJAS CASTRO, María Ovidia; SERRANO, Francisco Javier Ibarra; PINEDA SOLORIO, María Elena (eds..) (2013). *Educación y profesión jurídica: qué y quién detrás del derecho*. México: Morelia.

ROCHA, Amélia et al (eds.) (2013) *Defensoria pública, assessoria jurídica popular e movimentos sociais e populares: novos caminhos traçados na concretização do direito de acesso à justiça*. Fortaleza: Dedo de Moças.

SÁ E SILVA, Fábio de (2011) "É possível, mas agora não. A Democratização da Justiça no Cotidiano dos Advogados Populares", *Texto para Discussão*, Vol. 1567. Brasília: IPEA.

SÁ E SILVA, Fábio de (2009) "Professional ideology and access to justice in the making of people's lawyers in Brazil". Trabalho apresentado no Law and Society Annual Meeting. Denver, 28 a 31 de maio.

SÁ E SILVA, Fabio de (2015) Hegemonia e contra-hegemônia na globalização do direito: a advocacia de interesse público nos Estados Unidos e na América Latina, *Direito & Práxis*, 6 (10), 310-376.

SÁ E SILVA, Fábio de (2013) "Lawyers and governance in a globalizing world: narratives of public interest law across the Americas". Tese de doutorado em Direito, Política e Sociedade. Northeastern: Northeastern University.

SANTAMARÍA, Rosembert Ariza; MEDINA, Henry Forero; SANDOVAL, José Daniel Fonseca (2024). Abogacía entendida y abogacía vivida: usos sociales de las prácticas subalternas de reappropriación popular de lo jurídico, *El Otro Derecho*, (61), 65-88.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2007) Para uma revolução democrática da justiça. São Paulo: Cortez.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CARLET, Flávia (2010) "The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice" in Yash Ghai; Jill Cottrell (eds.) Marginalized communities and access to justice. New York: Routledge, 60-82.

SANTOS, Cecília MacDowell; CARLET, Flávia (2023) "Advocacia Popular e Ativismo Jurídico Transnacional: Contornos Conceituais à Luz das Epistemologias do Sul in José Ricardo Cunha (ed.), Teorias Críticas e Crítica do Direito. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 85-124.

SANTOS, Cecília MacDowell (2018). Mobilizing Women's Human Rights: What/Whose Knowledge Counts for Transnational Legal Mobilization?, *Journal of Human Rights Practice*. 10 (2), 191-211.

SANTOS, Cecília MacDowell (2015) "Building and Breaking Solidarity: Learning from TANs and Struggles for Women's Human Rights", comunicação apresentada no Workshop Transnational Advocacy Networks: Reflecting on 15 Years of Evolving Theory and Practice. Watson Institute for International Studies, Brown University. Providence, 30 de abril.

SEMINARIO, Cázer Bazán (2019) Las abogadas y los abogados: modernas, modernos y coloniales. *Ius Et Veritas*, 58, 226-245.

SEVERI, Fabiana Cristina (2014). Cartografia social e análise das experiências de assessorias jurídicas universitárias populares brasileiras: relatório de pesquisa. Ribeirão Preto: USP.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de (2011) O Direito como liberdade: O Direito Achado na Rua. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris.

STURZA, Janaína Machado; CASSOL, Sabrina (s/d) "A Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares: uma busca constante pelo respeito à democracia". Disponível em:
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33230-42208-1-PB.pdf>.

TAVARES, Ana Cláudia Diogo (2007) "Os nós da rede: concepções e atuação do(a) advogado(a) popular sobre os conflitos sócio-jurídicos no Estado do Rio de Janeiro". Dissertação de mestrado em Direito. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

TAVARES, Ana Cláudia Diogo (2006), "A luta pelo direito e a assessoria jurídica popular: desafios e perspectivas da atuação da RENAP no Estado do Rio de Janeiro", *Confluências*, 7 (1), 02-16.

VECCHIOLI, Virginia (2008) "Redes transnacionales y profesionalización de los abogados de derechos humanos en la Argentina" in Ángela Santamaría; Virginia Vecchioli (eds), *Derechos humanos en América Latina: mundialización y circulación internacional del conocimiento experto jurídico*. Bogotá: Universidad del Rosario, 31-60.

VECCHIOLI, Virginia (2006) "A luta pelo direito". Engajamento militante e profissionalização dos advogados na causa pelos direitos humanos na Argentina". Tese de doutoramento em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VENKATESH, Vasanthi (2025) *Radical Resistance in the Penumbra of the Law: Legal Mobilization for Migrant Farmworkers under Neo-colonial Racial Mobilization for Migrant Farmworkers under Neo-colonial Racial Capitalism*, *Journal of Law and Social Policy*, 37, 22-48.

VÉRTIZ, Francisco (2013) Los abogados populares y sus prácticas profesionales. Hacia una aplicación práctica de la crítica jurídica, *Crítica Jurídica*, (35), 251-273.

VÉRTIZ, Francisco (2014) "La politización del derecho. Una mirada sobre las prácticas profesionales de los abogados y abogadas populares" in Manuela Graciela González; María Gabriela Marano (eds.) *La formación de abogados y abogadas. Nuevas configuraciones*, La Plata: Imás, 237-260.

VIEIRA, Rodrigo da Costa (2015) "Advocacia Popular: síntese de uma trajetória e sua importância para a defesa dos direitos culturais" in Oona de Oliveira Caju; Rodrigo da Costa Vieira Seminárido: espaço de violações de direitos humanos e potencial de lutas. Mossoró: Queima-bucha, 218-231.

VIEIRA, Oscar Vilhena; ALMEIDA, Eloísa M. (2011) Strategic advocacy in human rights: Conectas' experience, *Revista Sur*, 8 (15), 181-205.

ZANOTELLI, Ana Gabriela Camatta (2018) "Um pé na terra, outro no tribunal: um estudo sobre a proposta de assessoria jurídica popular do Coletivo Margarida Alves". Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Espírito Santos.

ZANOTELLI, Ana Gabriela Camatta; LOSEKANN, Cristiana (2017) "A assessoria jurídica popular e o uso do direito no processo de confronto político". 41º

Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. Programa e Resumos - 41º Encontro Anual da ANPOCS.

Sobre a autora e os autores

Luiz Otávio Ribas

Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS).

Flávia Carlet

Doutora em Sociologia do Direito pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pesquisadora no projeto “Impunidade de crimes de assassinato em massacres no campo - 1985-2023” (UnB/MJSP). Atualmente é pesquisadora visitante na York University/Canadá. Atua também em pesquisas sobre advocacia popular e lutas por território de comunidades quilombolas na América Latina. É colaboradora da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (RENAP) e do Instituto Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais (IPDMS).

Freddy Ordóñez Gómez

Advogado, Especialista em Epistemologias do Sul, Mestre em Direito com aprofundamento em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário. Estudante do Doutorado em Direito da Universidade Livre. Integrante do Instituto Latinoamericano para uma Sociedade e um Direito Alternativos (ILSA). Membro de História, Ambiente e Política, grupo de investigação categoria A1 de Minciências, e do Centro de Pensamento Amazôncias (CEPAM). Professor universitário de graduação e pós-graduação na Colômbia.